

## Dimensões educativas de uma experiência de pesquisa participante na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete em Dois Vizinhos – PR

Tamar Ludwig<sup>1</sup>

Carlos Antonio Bonamigo<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo é um recorte de uma investigação de Mestrado em Educação que teve como objetivo realizar uma análise das dimensões educativas de uma experiência de pesquisa participante na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete - Dois Vizinhos- PR. Para isso, tornou-se necessário discutir e analisar a emergência histórica da Educação do Campo a partir dos Movimentos Sociais Populares do Campo no Brasil, a sua constituição como modalidade da Educação Básica do Campo, a legislação que a sustenta e as suas matrizes formativas. Também se fez necessário discorrer sobre as relações entre a Educação do Campo e a Agroecologia, considerando as matrizes produtivas da agricultura convencional e da agricultura camponesa de base agroecológica e as formas possíveis de se trabalhar os conteúdos agroecológicos nas escolas públicas no/do campo. Por fim, para analisar as dimensões educativas de uma experiência de pesquisa participante na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete - Dois Vizinhos- PR, fez-se a implementação de uma sequência metodológica de pesquisa participante, em suas diferentes fases.

**Palavras-chaves:** Educação do Campo. Pesquisa Participante. Agroecologia. Escola do Campo.

### *Educational dimensions of a participatory research experience at the Nossa Senhora da Salete Municipal Country School - Dois Vizinhos- PR*

**Abstrac:** This article is an excerpt from a Master's in Education research that aims to perform an analysis of the educational dimensions of a participant research experience at the Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete - Dois Vizinhos- PR. To this end, it is necessary to discuss and analyze the historical emergence of Rural Education from the Popular Social Movements of Rural Areas in Brazil, its constitution as a modality of Basic Rural Education, the legislation that supports it and its formative matrices. It is also necessary to discuss the relationships between Rural Education and Agroecology, considering the productive matrices of conventional agriculture and rural agriculture based on agroecology and the possible ways of working with agroecological contents in public non-rural schools. Finally, in order to analyze the educational dimensions of a participant research experience at the Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete - Dois Vizinhos- PR, a methodological sequence of participant research was implemented in its different phases.

**Keywords:** Field Education. Participant Research. Agroecology. Field School.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Graduação em História. Especialização *lato sensu* em Educação do Campo pelo ESAP - Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação. E-mail: [tamarludwig@hotmail.com](mailto:tamarludwig@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: [carlos.bonamigo@unioeste.br](mailto:carlos.bonamigo@unioeste.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4489-2317>

*Dimensões educativas de uma experiência de investigação participante em la Escuela Municipal del Campo Nossa Senhora da Salette - Dois Vizinhos- PR*

**Resumen:** Este artículo es un recorte de una investigación de Maestro en Educación que tiene como objetivo realizar un análisis de las dimensiones educativas de una experiencia de investigación participante en la Escuela Municipal del Campo Nossa Senhora da Salette - Dois Vizinhos- PR. Para ello, es necesario discutir y analizar la emergencia histórica de la Educación del Campo por parte de los Movimientos Sociales Populares del Campo en Brasil, su constitución como modalidad de la Educación Básica del Campo, la legislación que la sustenta y sus matrices formativas. También es necesario discutir sobre las relaciones entre la Educación del Campo y la Agroecología, considerando las matrices productivas de la agricultura convencional y la agricultura campesina de base agroecológica y las formas posibles de trabajar los contenidos agroecológicos en las escuelas públicas no/del campo. Por último, para analizar las dimensiones educativas de una experiencia de investigación participante en la Escuela Municipal del Campo Nossa Senhora da Salette - Dois Vizinhos- PR, se realizó la implementación de una secuencia metodológica de investigación participante, en sus diferentes etapas.

**Palabras clave:** Educación del Campo. Investigación Participante. Agroecología. Escuela del Campo.

## Introdução

A Educação do Campo é uma modalidade educacional que se constitui por meio dos movimentos sociais nas lutas por terra, trabalho, educação e projeto de campo e de país. A sua emergência histórica ocorreu por meio da luta e da resistência dos povos do campo por uma educação de qualidade para os seus filhos e para as gerações seguintes. A Educação do Campo tem identidade, características próprias que se distinguem de outras abordagens e concepções educacionais, baseadas na diversidade dos territórios camponeses e seus sujeitos. Esses espaços envolvem diferentes sujeitos, lugares, relações sociais, lutas, culturas, trabalho e organização da vida social sob as condições de lugar e tempo.

Nesse sentido, é de suma importância aproximar a Educação do Campo e a Agroecologia, encontrando possíveis e necessários nexos desde os aspectos relacionados à produção agrícola agroecológica até as relações pedagógicas no interior das escolas públicas do campo, pois a “[...] Agroecologia ‘chama educação’ e precisa dela para o seu avanço e por isso integra as lutas da Educação do Campo” (Caldart, 2021, p. 358).

Historicamente, as escolas localizadas no campo, especialmente nas últimas três décadas, vêm se debatendo em torno de inúmeras questões para se efetivarem e se constituírem como modalidade da Educação do Campo, pois “[...] as escolas do campo situadas em zona rural, são espaços/territórios nos quais os sujeitos tiram da terra sua existência” (Martins, 2016, p. 38). A partir do exposto pelo autor, não podemos generalizar a categorização dos sujeitos que frequentam as escolas no/do campo, ou seja, que todos tiram da terra a sua existência/sobrevivência, haja vista que há casos em que os educandos residem na espacialidade rural, porém, a sobrevivência de sua

família está associada a outras formas de trabalho que não estão relacionados com a agricultura ou com o manejo de animais.

Diante disso, pontuamos alguns dos questionamentos que impulsionaram esta investigação: Quais as dimensões educativas de uma experiência de pesquisa participante na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete, em Dois Vizinhos - PR? Quais os principais Movimentos Sociais Populares do Campo no Brasil que possibilitaram a emergência histórica da Educação do Campo? Como se deu a construção da Educação do Campo como modalidade da Educação Nacional e qual é a sua legislação específica? Quais as suas matrizes formativas? Quais os fundamentos teórico-metodológicos da Agroecologia? De que forma se dão as relações teórico-metodológicas da Agroecologia com a Educação do Campo? De que forma é possível efetivar a Modalidade da Educação do Campo por meio de uma experiência de pesquisa participante na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete, no município de Dois Vizinhos – PR, vinculando a escola com as práticas e com os conteúdos agroecológicos?

A partir dessas indagações, esta pesquisa objetivou analisar as dimensões educativas de uma experiência de pesquisa participante na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete, em Dois Vizinhos - PR. Para isso, foi necessário discutir e analisar a emergência histórica da Educação do Campo a partir dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) no Brasil, a sua constituição como modalidade da Educação Básica do Campo, a legislação que a sustenta e as suas matrizes formativas. Também discorreremos sobre as relações entre a Educação do Campo e a Agroecologia, considerando as matrizes produtivas da agricultura convencional e da agricultura camponesa de base agroecológica e as formas possíveis de se trabalhar os conteúdos agroecológicos nas escolas públicas no/do campo. Por fim, para analisar as dimensões educativas de uma experiência de pesquisa participante na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete, em Dois Vizinhos - PR, implementamos uma sequência metodológica de pesquisa participante em suas diferentes fases.

### **A emergência da Educação do Campo a partir dos Movimentos Sociais Populares do Campo**

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino da Educação Nacional construída historicamente pelos povos do campo por meio de suas lutas. A Educação do Campo busca atender às especificidades dos povos do campo, sendo por eles protagonizada. Essa modalidade representa uma conquista que se soma a tantas outras, como a da terra, do trabalho, da educação e da dignidade, fruto de embates pela efetivação de diversos direitos.

A luta por educação, na história do Brasil, demonstra a combinação dessa bandeira às conquistas por outros tantos direitos, levadas a cabo pelos inúmeros MSPs historicamente existentes no país. As mudanças na sociedade no decorrer dos tempos impulsionaram a luta dos movimentos sociais na reivindicação de seus direitos: direito à participação política, ao voto, ao acesso à terra, à saúde, à educação e a tantos outros.

A Educação do Campo surgiu das necessidades dos MSPdoC em ter uma educação de qualidade, de acordo com a realidade dos sujeitos sociais que a eles pertencem. Os movimentos sociais têm o caráter de lutar pela igualdade e pela diversidade da população brasileira, garantindo os direitos dos sujeitos e o reconhecimento da sociedade e dos órgãos públicos.

Ao longo da formação da sociedade brasileira, os sujeitos do campo vivenciaram inúmeros revoltas, rebeliões e guerras, na direção de conquistarem e efetivarem seus direitos. Esses embates foram travados, inicialmente, contra a metrópole (Portugal), passaram pelo Império, chegando à República, em suas diferentes épocas. Muitas revoltas ocorreram diretamente contra os senhores de engenhos, contra os comerciantes e contra os grandes produtores rurais, culminando com a constituição do que hoje conhecemos como Momentos Sociais Populares do Campo - MSPdoC.

Uma das principais características dos movimentos sociais é a ação coletiva. As ações dos sujeitos não são individuais, mas envolvem um coletivo de pessoas que reivindica direitos de interesses fundamentais para o coletivo (Melucci, 1989). A Educação do Campo visa ao desenvolvimento pleno dos sujeitos em suas diversas dimensionalidades e à coletividade dos sujeitos na construção dos saberes educacionais.

As transformações históricas ocorrem por combinações causais muito diversas, em seus diferentes tempos e espaços. As contradições dessas formações sociais suscitaram, historicamente, inúmeras lutas, conflitos e guerras capazes de provocar desde pequenas alterações econômicas, sociais ou culturais, até mudanças nos modos de produção, demarcando novas periodizações ao longo da história. No que diz respeito aos conflitos sociais, inúmeras alterações ocorreram impulsionadas pela organização e pela emergência de movimentos sociais coletivos. Esses movimentos históricos surgiram e foram organizados pelos sujeitos, reunidos em pautas coletivas que buscavam a conquista de direitos nas mais diferentes áreas de abrangência.

No Brasil, historicamente, a presença dos movimentos sociais constitui uma constante forma de resistência diante dos descasos com os direitos humanos referentes à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, à terra e a tantos outros. É por meio dos movimentos sociais que a ideia do coletivo é articulada, visando a conquistas dos seus direitos básicos. Para Arroyo (2003): “Os movimentos sociais articulam coletivos nas lutas pelas condições de produção da existência popular mais básica” (Arroyo, 2003, p. 32). E por meio dessa ação coletiva dos movimentos

sociais, os sujeitos “[...] se descobrem e se aprendem como sujeitos de direitos” (Arroyo, 2003, p. 32), desempenhando o seu papel individual nessa coletividade e fortalecendo a luta coletiva por direitos.

Ribeiro (2010) delinea o conceito de movimentos sociais. Para a autora, o movimento social se constitui pelos ‘sujeitos políticos coletivos’, que podem desempenhar uma ação, uma reação ou até mesmo uma retroação sobre um determinado fato, pois

[...] tendo por sujeitos políticos coletivos os movimentos sociais, [...] podem significar a ação de transformar a sociedade e a educação quanto a reação, ou a retroação para defender o *status quo*, ou manter a ordem vigente das relações sociais de produção, que são relações de exploração do trabalho alheio (Ribeiro, 2010, p. 28).

Para que exista o movimento social é necessário que haja sujeitos políticos coletivos e que participem e impulsionem as lutas de direitos dos movimentos sociais. Outra característica fundamental é a solidariedade do movimento. Os indivíduos se encontram em diferentes realidades, mas com objetivos semelhantes, por isso, unem-se na luta pelas ideias do movimento. À medida que surgem problemas, os sujeitos se mobilizam coletivamente com o intuito de encontrar respostas aos desafios (Melucci, 1989). Além disso, os movimentos sociais têm caráter pedagógico e educativo, haja vista que contribuem com a formação e com a educação dos sujeitos participantes.

É a ação coletiva que proporciona o movimento e que possibilita o caráter educativo dos movimentos sociais, conforme salienta Arroyo (2003, p. 33): “[...] um componente que os movimentos trazem para o pensar e fazer educativos, é reeducar-nos para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação. Eles nos lembram sujeitos em movimento, em ação coletiva”. Gohn (2011, p. 335) define os movimentos sociais como “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar as suas demandas”. Nesse viés, os movimentos sociais constituem-se por meio das lutas de um coletivo organizado com o intuito de conquistar as ações pretendida.

Um outro conceito de movimentos sociais é explanado e entendido como “[...] formas de mobilização e de organização específica das classes trabalhadoras para as lutas sociais que passam a fazer alguma diferença no movimento histórico de uma dada sociedade de acordo a sua capacidade de fazer emergir (formar) novos sujeitos sociais coletivos” (Caldart, 2012, p. 548).

Na história do Brasil, inúmeros movimentos sociais aconteceram no decorrer dos anos<sup>3</sup>. As reivindicações dos movimentos eram referentes à realidade histórica do período de cada um. Na atualidade, os movimentos sociais travam as suas lutas principalmente no meio digital, buscando sempre a autonomia e a democracia para os sujeitos participantes, haja vista que “[...] apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática” (Gohn, 2011, p. 336)

A seguir, identificamos os principais movimentos sociais que aconteceram no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. No período colonial (1500-1822), é possível constatar que os movimentos sociais foram dotados de caráter próprio. As suas reivindicações atendiam às características da época e do seu tempo, sendo que a maioria tinha uma natureza separatista e republicana. As lutas eram marcadas pela negação aos privilégios que a elite portuguesa e colonial exercia sobre os demais membros da sociedade, pelo descontentamento diante da dominação da Coroa Portuguesa no território brasileiro e pelo sonho da tão almejada independência da Metrópole Portugal. Destacamos sete movimentos sociais que ocorreram no Brasil: Quilombo dos Palmares, Insurreição Pernambucana, Revolta de Beckman, Guerra dos Mascates, Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, Revolução Pernambucana (Fausto, 2019; Priore; Venancio, 2010).

No período imperial (1822-1889), os movimentos sociais lutavam, sobretudo, pela mudança da forma de governo (monarquia para república), algumas províncias almejavam autonomia e independência do governo imperial. Alguns movimentos já retratavam o descontentamento da população diante da situação social em que se encontravam (muitas vezes causada pela escravidão, pela falta de alimentos e de condições dignas para viver). Os movimentos sociais que sucederam no período imperial foram: Confederação do Equador, Revolta dos Malês, Cabanagem, Guerra dos Farrapos, Sabinada e Balaiada (Fausto, 2019; Freitas, 2020).

No período da República (1889-1960), os movimentos sociais passaram a ter um caráter de luta pela terra e pelos direitos dos sujeitos. São eles: Guerra de Canudos, Canudos, Guerra do Contestado, Greve nas fazendas de café. A partir dos movimentos sociais da República já é possível elencar quais são os movimentos sociais do campo e destaca-se: a Revolta Camponesa de Porecatu, Revolta de Formoso e Trombas, Ligas Camponesas e a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná (Fausto, 2019; Freitas, 2021).

---

<sup>3</sup> Ressaltamos que os movimentos sociais que ocorreram no Brasil não tinham o mesmo caráter dos movimentos sociais da atualidade. Segundo Gohn (2011, p. 336), “[...] na realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais”.

Os Movimentos Sociais Populares do Campo no período contemporâneo contribuíram para a construção da modalidade da Educação do Campo. Surgiu uma nova realidade e os movimentos sociais lutaram e enfrentaram essa nova conjuntura de diversas formas. As principais características dos movimentos sociais são a mobilização das massas, a luta coletiva dos sujeitos e o enfrentamento da opressão exercida pela sociabilidade dominante do capital. São as ações coletivas dos sujeitos nos movimentos sociais que levaram a emergência e a constituição da Educação do Campo e dos Movimentos Sociais Populares do Campo: Movimento de Mulheres Camponesas – MMC - Brasil, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (Cisne, 2015; Fernandes, 2012; Gorgen, 2012; Zen, 2007).

### **A Educação do Campo: modalidade, legislação e matrizes formativas**

A Educação do Campo surgiu a partir das lutas dos Movimentos Sociais Populares do Campo – MSPdoC. Ela é uma modalidade de ensino pensada e construídas pelos povos do campo e protagonizada por eles, conquistada por meio da luta dos trabalhadores do campo que lutam pelo direito à educação, à terra, ao trabalho. Para Caldart (2015, p. 03), o conceito de camponês é um conceito histórico e político, e conseqüentemente, os “os povos do campo” são os camponeses.

Os camponeses são responsáveis por aproximadamente 70% da produção agrícola mundial, estando esses produtores, pequenos e médios agricultores, espalhados pelo mundo todo (Vergés, 2021). Tal produção agrícola varia de região para região, de acordo com a cultura de cada povo, com a necessidade de consumo daquela região ou do mercado consumidor e conforme as condições climáticas do espaço geográfico em que há a produção agrícola. Além disso, os camponeses também “[...] constituem a ancestral e duradoura sociabilidade agrária sobre a qual se formaram as mais diversas civilizações” (Vergés, 2021, p. 201).

Os camponeses são, portanto,

[...] cultura, são classe, são movimento, são economia, são resistência... Mas os camponeses são, antes de tudo, um modo de vida; uma fraterna forma de convivência em que predominam as relações comunitárias. E, sendo a comunidade parte constitutiva da condição camponesa, são igualmente camponesas todos aqueles que fazem parte dela e com ela se identificam, ainda que não desempenham trabalhos agrícolas. [...] (Vergés, 2021, p. 202)

O campesinato é o conjunto de famílias que vivem em um determinado território. As “[...] famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais [...] culturais de um dado espaço geográfico” (Costa; Carvalho, 2012, p. 112). Os camponeses compartilham a coletividade, pois não são “[...] simplesmente indivíduos, não são apenas famílias, são, acima de tudo, comunidades” (Vergés, 2021, p. 207). E é essa comunidade é o “[...] elemento central no modo de vida camponês, lhe dá o suporte econômico, político e ideológico para as resistências sociais que permeiam os seus cotidianos” (Costa; Carvalho, 2012, p. 115).

Com base nisso e nos autores explicitados, o camponês utiliza a terra para prover do seu sustento e de sua família. São esses homens e mulheres, em conjunto com a sua comunidade, que proporcionam a oferta de alimentos para a população. Foram eles que viabilizaram a construção de uma nova modalidade educacional que atendesse as suas demandas. Com isso, a Educação do Campo, para Caldart: “[...] se constituiu, no final da década de 1990, como uma articulação nacional das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito à educação, materializando ações de disputa pela formulação de políticas públicas no interior da política educacional brasileira, que atendam aos interesses sociais dos trabalhadores do campo, em especial, dos camponeses ou das famílias e comunidades vinculadas ao trabalho de base camponesa. Luta por políticas ou medidas específicas em função de uma desigualdade histórica no atendimento aos direitos sociais da população trabalhadora do campo [camponeses, assalariados rurais, “povos tradicionais”] (Caldart, 2015, p. 01-02).

Os protagonistas da construção da Educação do Campo são “[...] movimentos sociais camponeses em estado de luta, com destaque aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária e particularmente ao MST” (Caldart, 2009, p. 41). Dessa forma, a emergência da “[...] Educação do Campo é com os trabalhadores ‘pobres do campo’, trabalhadores sem-terra, sem trabalho, mas primeiro com aqueles já dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra ‘o estado da coisa’, para aos poucos buscar ampliar o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo” (Caldart, 2009, p. 41). A partir das lutas realizadas pelos movimentos sociais, ocorrem a articulação e a tecitura das lutas dos sujeitos pela conquista de seus bens materiais, que se efetivam nas conquistas de seus direitos, no acesso à terra, na saúde, na educação, na moradia e em outros aspectos.

Como já afirmado anteriormente, a Educação do Campo é resultado da luta dos movimentos sociais por uma educação de qualidade para os povos do campo. A Educação do Campo é uma modalidade de ensino dos sujeitos que residem na espacialidade rural dos municípios e implementada nesses espaços. O escopo é atender à demanda dos povos do campo, pois a Educação do Campo “[...] é uma política pública que nos últimos anos vêm se concretizando



no estado do Paraná e no Brasil. Uma política pública pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada” (Paraná, 2006, p. 09).

Evidenciamos o pensamento de Martins (2020) sobre o processo de construção da Educação do Campo: [...] nunca é demais salientar que o processo de construção de toda a práxis da Educação do Campo e, assim também dos documentos elaborados que dão amparo legal à modalidade não são gratuitos, e não foram induzidos pelo Estado, nem por nenhum governo. Elas são resultadas de muitas lutas, até mesmo no sentido literal, dos movimentos sociais do campo, de um coletivo que se tornou movimento e que, organizadamente, pautou e reivindicou respeito, valorização e reconhecimento, ainda que eles não expressem em sua totalidade as reivindicações. Assim, datas que marcam os documentos que vão ser aqui relacionados são antecipadas de lutas históricas, de espaços sistematizadores como encontros de educação na reforma agrária e, posteriormente, sobre Educação do Campo (Martins, 2020, p. 49).

Os dispositivos legais (leis, decretos e resoluções) aprovadas em âmbito federal são: Lei nº 4.504 - Estatuto da Terra (1964); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 (1996); Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escola do Campo por meio da Resolução CNE/CEB 1 (2002); Parecer CNE/CEB Nº: 1 (2006); Resolução nº 2 (2008); Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica por meio da Resolução nº 4 (2010); Decreto nº 7.352 (2010); Lei nº 12.290 (2014).

Já em âmbito estadual (Paraná), os dispositivos aprovados são: Carta de Porto de Barreiro (2000), Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006), Parecer CEE/CEB nº 1011/10 (2010a), Resolução 4783 (2010b), Orientação nº 003/2011- DEDI (2011), Parecer normativo nº 01/2018 (2018).

Por meio das aprovações dos dispositivos legais, tanto na esfera federal e no estado do Paraná, a luta dos sujeitos por uma educação de qualidade, o reconhecimento do poder público e as políticas públicas conduziram à construção de uma Educação do Campo, a qual, mesmo tendo caminhos diversos trilhados, persiste na defesa pelo seu reconhecimento e efetivação nas escolas públicas no/do campo.

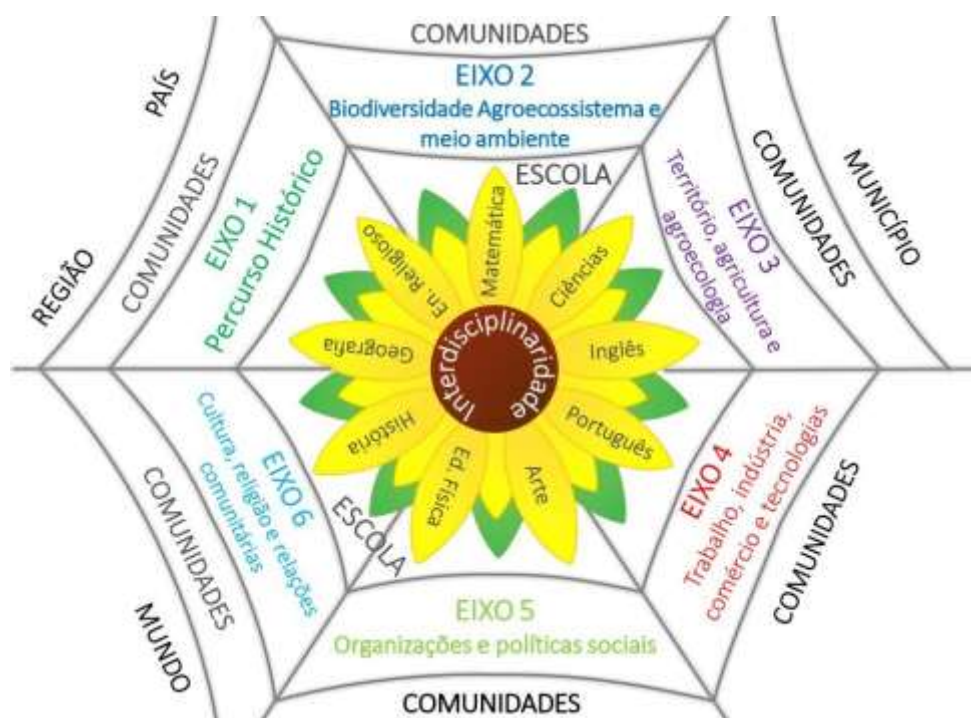
Ao falarmos em Educação do Campo não podemos esquecer das matrizes formativas da Educação do Campo, que possibilitam ao ser humano constituir-se na sociedade e no espaço em que vivem. Faz-se necessário ressaltar a importância de se resgatar as matrizes formativas, pois elas possibilitam entender o ser humano e a sua constituição como sujeito. A partir disso, é que ele constrói a sua trajetória, os seus traços e as suas ações. Quando abordamos as matrizes formativas

na concepção da educação, passamos a chamá-la de “matriz pedagógica” devido à finalidade educativa no processo de formação do sujeito. Conforme pontua Caldart (2015), as matrizes formativas são o trabalho, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história. Cada uma destas matrizes contribui para a formação do sujeito. Elas visam explicitar a construção da Educação do Campo, respeitando a sua subjetividade.

Nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (2006) constam quatro eixos temáticos a respeito da Educação do Campo e dos conteúdos escolares. Segundo o documento, tais eixos são “[...] entendidos como as problemáticas centrais a serem focalizadas nos conteúdos escolares” (p. 35). Esclarecem, ainda, que os eixos temáticos “[...] guardam relação com os relatos dos professores nos diversos encontros já realizados no Estado e relação com a concepção de Educação do Campo presente nestas Diretrizes” (p. 35). Os quatros eixos temáticos estão assim classificados: 1. Trabalho: divisão social e territorial; 2. Cultura e identidade; 3. Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável; 4. Organização política, movimentos sociais e cidadania (Paraná, 2006).

O eixo temático Trabalho: divisão social e territorial aborda o trabalho como uma atividade humana e que permite a transformação do sujeito. No eixo temático *Cultura e Identidade* são apontados os aspectos da cultura e da identidade dos povos do campo. O eixo temático *Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável* discute questões relacionadas com a interdependência que existe entre o campo e a cidade, envolvendo a questão agrária e o desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio ambiente. No eixo temático *Organização política, movimentos sociais e cidadania*, temos a discussão sobre as questões da organização dos movimentos sociais que se estabelecem para reivindicar os seus direitos.

Com base nas Diretrizes, nos dispositivos legais da Educação do Campo e nas características da Região Sudoeste do Paraná, o Grupo de Pesquisa e Estudos em Formação Humana, Educação e Movimentos Sociais Populares (GEFHEMP), em parceria com o projeto de extensão da Unioeste, denominado Rede de formação de professores das escolas públicas do Campo (Refocar), elaboraram um diagrama para relacionar os eixos formativos e as disciplinas (componentes curriculares).

**Imagem 01** - Diagrama da relação entre os Eixos formativos e as disciplinas

Fonte: GT Enepuc, Refocar, GEFHEMP (2019).

No contexto coletivo da escola do campo, esse diagrama colabora para que os professores das disciplinas planejem suas aulas, fazendo isso de forma coletiva, envolvendo o grupo dos docentes que atuam na escola. Esse aspecto é fundamental para viabilizar a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares, os conteúdos e os eixos formativos, fazendo com que a Educação do Campo se efetive como modalidade educacional específica, atendendo às particularidades dos sujeitos sociais do campo.

### **A Educação do Campo e a Agroecologia: uma relação possível e necessária**

De forma geral, podemos afirmar que, na produção agrícola, diferenciam-se dois modelos de produção: a produção agrícola convencional e a produção vinculada à agricultura camponesa de base agroecológica. A primeira corresponde a uma forma de produção de alimentos com base nos fundamentos da produção em grande escala e no uso de tecnologia avançada, caracterizada sobretudo pela monocultura das safras e o uso de fertilizantes e agrotóxicos. A agricultura convencional, contemporaneamente, abriga-se em torno do agronegócio, que segundo (Leite; Medeiros (2012) é um vocábulo:

[...] criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aquelas situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto ao processamento daqueles com origem no setor) comercial e de serviços (Leite; Medeiros, 2012, p. 79).

A agricultura convencional foi impulsionada pela grande demanda de alimentos ofertados aos consumidores nas últimas décadas. Para Gliessman (2001, p. 33), esse impulso na produção de alimentos deveu-se “[...] a avanços científicos e inovações tecnológicas, incluindo o desenvolvimento de novas variedades de plantas, o uso de fertilizantes e agrotóxicos, e o crescimento de grande infraestrutura de irrigação”.

Além disso, ela está alicerçada a dois objetivos: “[...] a maximização da produção e a do lucro” (Gliessman, 2001, p. 34). Por isso, esse tipo de produção também é chamado de “agronegócio”, que tem como principal objetivo produzir e gerar lucros por meio da produção agrícola em grande escala, do investimento tecnológico na produção, das alterações genéticas nas sementes, do uso de máquinas e insumos modernos, dentre outros elementos. Esses fatores acabam diminuindo o contato do ser humano com a natureza e impactando as ações humanas, que são realizadas sem se preocupar com os danos causados ao meio ambiente.

A Agroecologia “como ciência [...] se desenvolveu a partir de conhecimentos e de técnicas experimentadas por agricultores camponeses em diferentes épocas e lugares do mundo” (Caldart, 2016, p. 02). Trata-se de um campo que “[...] constrói a base de conhecimentos para o manejo dos recursos naturais e disponibiliza os princípios ecológicos fundamentais sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas sustentáveis [...]” (Caldart, 2016, p. 03). A Agroecologia “[...] representa a base científica da construção de uma lógica de agricultura que confronta a agricultura industrial capitalista, que é o modelo ainda hegemônico, embora já integre a crise geral do capitalismo” (Caldart, 2016, p. 02). Nesse sentido, essa perspectiva se constitui na oposição com a agricultura convencional ou do agronegócio, cujo modelo agrícola é baseado no sistema capitalista de produção.

O objetivo principal da Agroecologia é produzir e manejar os recursos naturais sem agredir o meio ambiente, fazendo isso em pequena escala, com a produção de variadas culturas, com uso consciente da terra e dos recursos naturais (consciência e ética ambiental), com o cultivo de alimentos sem agrotóxicos e fertilizantes, com a preservação da água e da biodiversidade de plantas e animais, sendo tais aspectos uma marca da produção nas Unidades de Produção Familiares, com vistas a uma vida sustentável (Bonamigo, 2020).

A Agroecologia vem sendo utilizada como uma forma de o ser humano interagir com a natureza, realizando a transição da agricultura convencional para uma forma de produção sustentável. Sendo assim, essa ciência oferece bases científicas sólidas para que esse processo de transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica se desenvolva no contexto sociocultural e político, resultando em propostas coletivas de mudança social (Caporal; Petersen, 2012).

Bonamigo (2020, p. 272) argumenta ainda que “[...] a Agroecologia é uma ciência integradora de várias disciplinas e dos saberes existentes entre a população envolvida no processo produtivo”. Portanto, a agroecologia é uma:

[...] teoria que auxilia no pensar de forma diferente a produção dos alimentos e a vivência neste ambiente de produção, articulando todos os elementos (sociais, naturais, culturais, políticos e econômicos) do território para realizar um desenvolvimento sustentável (Stasiak, 2013, p. 37).

Diante dessa tecitura, “[...] a matriz produtiva da Agroecologia sustenta-se em torno da produção de alimentos saudáveis e livres de produtos químicos” (Bonamigo, 2020, p. 288), o que colabora para a sustentabilidade dos alimentos e a preservação dos agrossistemas. Além disso, “[...] a matriz produtiva da agroecologia vincula-se à soberania alimentar, ou seja, o direito que cada povo tem de escolher como vão ser produzidos, distribuídos e consumidos os alimentos equitativamente” (Bonamigo; Longo, 2022, p. 340).

Na Agroecologia, temos também o reconhecimento dos saberes tradicionais, que “[...] podem ser considerados como bases dos conhecimentos agroecológicos e como verdadeiras fontes do saber” (Bonamigo, 2020, p. 282). A partir desse reconhecimento, o sujeito do campo se sente como parte daquele processo e identifica o seu importante papel na sociedade.

A Educação do Campo e a Agroecologia necessitam de mediações nas escolas públicas destinadas a essa modalidade educativa, pois o campo é um território de essência camponesa, no qual ocorre a “[...] luta necessária para preservá-los da voracidade e insanidade cada vez maior do capital, unifica os sujeitos coletivos que se associam na construção da agricultura camponesa agroecológica e da EdoC” (Caldart, 2020, p. 01). Os territórios camponeses encontram-se constantemente ameaçados pelo avanço do capital. “[...] comunidades camponesas que se desintegram ou são expropriadas pelo capital. Escolas do campo fechadas, famílias que se entregam ao agronegócio antes de saber que assim decretam seu destino de morte ou miséria [...]” (Caldart, 2020, p. 02). Em decorrência disso, até a Educação do Campo corre o risco de ser desmantelada pelo capital e pelas políticas públicas de caráter predominantemente urbanas.

Na educação, a Agroecologia se constitui

[...] como uma possibilidade de construção de relações sociais, econômicas, culturais e ambientais menos degradantes, devendo estar presente nas discussões da produção alimentar, da promoção e prevenção da saúde, impulsionando a construção de novos sistemas econômicos que considerem que condições dignas e emancipatórias de trabalho e renda sejam primordiais na proteção e recuperação do meio ambiente e de seus recursos, incluindo os do solo, das águas e do ar (Sousa *et al.*, 2021, p. 362).

Os autores Bonamigo; Cunha; Santos (2022), em seu trabalho: “A Educação do Campo e a agroecologia: as mediações a partir de um “roteiro didático em agroecologia” abordam as mediações entre a Educação do Campo, as suas escolas e a agroecologia, a partir de um roteiro didático - uma organização didática metodológica para a implantação de uma prática agroecológica, vinculando conteúdos agroecológicos relacionados aos conteúdos prescritos pelo currículo regular de ensino das escolas públicas. Esse roteiro é uma forma de efetivar as atividades pedagógicas curriculares das escolas do campo de acordo com os conteúdos, com os conceitos e com as práticas agroecológicas.

### **A Educação do Campo e a agroecologia: dimensões educativas de uma experiência de pesquisa participante na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salette – Dois Vizinhos – PR**

Nesta seção, indicamos as ações correspondentes as fases da pesquisa participante, que tem como objetivo explicitar a montagem institucional e metodológica do estudo, realizada na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salette, município de Dois Vizinhos – PR. Os sujeitos da investigação e da intervenção são os docentes, equipe pedagógica e diretiva da escola e os estudantes da turma do 5º ano do Ensino Fundamental Series Iniciais do ano letivo de 2023, tendo como objeto a implantação de um Plano de ação com os sujeitos participantes e as dimensões educativas daí resultantes.

A pesquisa participante é fundamentada na explicitação dos autores Gajardo (2001) e Boterf (2001) e sistematizadas em suas cinco etapas por Bonamigo (2024): montagem institucional e metodológica da pesquisa participante; estudo preliminar da instituição escolar; análise crítica das demandas prioritárias a serem investigadas; programação e execução de um plano de ação para enfrentar o problema selecionado e a análise das dimensões educativas da implementação da pesquisa participante.

A apresentação e discussão do projeto de pesquisa participante com a instituição escolar e seus representantes aconteceu no primeiro semestre do ano letivo de 2023. Inicialmente, partimos da ideia geral de que a Educação do Campo é uma modalidade da educação nacional construída historicamente, pautada em concepções políticas e pedagógicas forjadas pelos movimentos sociais populares que se expandiram como políticas públicas no país com diversas legislações específicas desde o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, em 1998, passando pela sua institucionalização como modalidade em 2010, até chegar aos tempos contemporâneos em seu maior desafio histórico, ou seja, efetivar-se como tal, em suas milhares de escolas públicas espalhadas nos mais diversos territórios brasileiros.

Sem dúvida, a proposta de pesquisa participante é acompanhada de inúmeros desafios em sua implementação, especialmente o envolvimento do pesquisador no ambiente coletivo do espaço, da comunidade, da escola ou da instituição em que se realizará a investigação (Brandão, 2001). Além disso, exige, por parte do pesquisador, capacidade de mediação entre os sujeitos envolvidos nas práticas construídas em todo o processo de pesquisa, sempre tendo o cuidado e a necessidade de, ao mesmo tempo, ser um sujeito ativo do processo, mas sem negligenciar o pressuposto da pesquisa participante de que todo o processo é coletivo e demanda participação ativa de todos os envolvidos, em todas as fases do processo de investigação. O pesquisador desempenha, nesse caso, um papel de mediador, proporcionando, aos sujeitos participantes, momentos de ação, de estudos, de reflexão e de sínteses (Boterf, 2001).

Com uma dose nada diminuta de inseguranças e apreensões, percebendo que não havia outra forma a não ser pôr o pé na estrada, iniciei essa trajetória inesperada em todos os seus aspectos e que, a partir de agora, discorro sobre um pouco daquilo que resultou na versão deste texto. Levando em consideração a respeito das escolas públicas no/do campo, o município de Dois Vizinhos tem quatro escolas públicas municipais no/do campo que atendem aos estudantes da espacialidade rural: Escola Municipal do Campo José Bonifácio, Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete, Escola Municipal do Campo Plínio Salgado, Escola Municipal do Campo Presidente Juscelino Kubitschek. Optei pela Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete.

Passei então a frequentar semanalmente a instituição para conhecer ainda mais a sua realidade e o dia a dia. Aproximei-me dos professores, dos funcionários e dos estudantes. Nessas visitas à escola, ficou um pouco mais clara a hipótese inicial de que a instituição está localizada no campo, porém, em sua prática e intencionalidade pedagógicas, ainda permanecia um tanto distante da modalidade da Educação do Campo, sendo essa uma ótima possibilidade de intervenção e de investigação.

A apresentação e a discussão do projeto de pesquisa participante com a Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete ocorreram em uma reunião específica em 16 de fevereiro de 2023, com a equipe pedagógica e diretiva e os docentes. Na ocasião, expliquei, com base na Sequência metodológica da pesquisa participante, as diferentes fases, objetivos e ações da pesquisa participante. Após a exposição, houve uma conversa sobre esses aspectos, algumas dúvidas e, por fim, combinamos que implementaríamos a proposta ao longo do ano de 2023.

Sobre a abordagem metodológica, a proposta era orientar-se pelo materialismo histórico-dialético, um estudo de caso e a principal estratégia, ou seja, a construção de uma pesquisa participante, suas possibilidades, dificuldades e desafios. Sobre a abordagem empírica (os dados da investigação a serem analisados ao final do percurso), pretendia construir uma prática agroecológica no entorno da escola, mas ainda, não se sabia a forma disso, tampouco quais as atividades possíveis de serem construídas.

Sobre a delimitação do estudo, da instituição escolar, dos sujeitos e das turmas, levei em conta que os estudantes da escola, em sua maioria, residem na comunidade de São Francisco do Bandeira e nas comunidades vizinhas, são filhos de agricultores, avicultores, produtores de leite e que, no seu dia a dia, vivenciam o trabalho familiar nos afazeres da sua UPF. Além disso, a escola possui o espaço físico para a implementação de uma pesquisa participante, combinando uma investigação com uma intervenção por meio de um Plano de ação a ser construído coletivamente.

Realizei uma conversa com a turma no mês de março de 2023. Explanei sobre o aceite da escola em participar da pesquisa participante e a escolha da turma para participar da pesquisa. Iniciou-se o planejamento coletivo para a implementação da pesquisa, a organização dos encontros de estudos, calendário, entre outros. A pesquisadora ficou com a responsabilidade de ser mediadora de todas as ações a serem construídas na Escola, desde os conteúdos teóricos que seriam estudados, acompanhar as atividades práticas a serem desenvolvidas, coordenar as reuniões e a preparação e auxílio para os docentes no planejamento de atividades pedagógicas e educativas. Os professores da instituição ficaram responsáveis em participar do processo de estudos sobre as temáticas a serem definidas no coletivo dos sujeitos participantes, e das ações práticas mediadas pela pesquisadora.

A segunda fase da pesquisa participante contemplou o estudo preliminar da instituição escolar a partir dos seguintes itens: diagnóstico - conhecimento e caracterização da realidade da instituição escolar a ser pesquisada (estrutura, organização pedagógica, histórico, população atendida, características singulares da instituição, como as sociais, econômicas, culturais, geográficas); socialização, com os sujeitos envolvidos, da caracterização da primeira fase e do conhecimento/diagnóstico da realidade da instituição escolar; levantamento de possíveis



demandas prioritárias de estudo e de solução de possíveis problemas, ou seja, investigar e ao mesmo tempo promover uma intervenção transformadora na realidade.

A Escola Municipal Nossa Senhora da Salete é uma escola localizada na comunidade denominada São Francisco do Bandeira, interior do município de Dois Vizinhos-PR. O nome da instituição Nossa Senhora da Salete foi escolhido pelo fato de que houve a doação de um quadro de Nossa Senhora da Salete. A escola municipal foi autorizada a funcionar por meio da Resolução nº 2.950/82, de 17 de novembro de 1982, sendo que o ato de funcionamento de ensino/modalidade efetivou-se com a Resolução nº 4.330/2013, de 23 de setembro de 2013 (Dois Vizinhos, 2023, p. 450-451).

A instituição procura respeitar a diversidade dos educandos e propõe aos educadores que, “[...] busca constantemente relacionar suas aulas com a realidade do campo” (Dois Vizinhos, 2023, p. 476). Está explícito no projeto educativo da escola que ela é uma instituição do campo e deveria trabalhar essa especificidade.

Iniciou-se o processo de análise das demandas prioritárias e a formação com os professores. As discussões aconteceram durante os encontros do grupo de estudo. Princípios os grupos de estudos com os estudantes da turma do 5º ano, mobilizando-os a participarem das rodas de conversas e das discussões sobre as temáticas relacionadas com a Educação do Campo.

O diagnóstico da Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete foi de que ela tem um relativo distanciamento da modalidade da Educação do Campo, a qual foi construída historicamente ao longo dos anos pelos MSPdoC e por seus sujeitos. Apesar disso, a escola tem um potencial de construir ações que a aproximem da modalidade em pauta. As demandas envolvem construir ações e práticas agroecológicas que se relacionem com o que é feito pedagogicamente na escola, gerando as mediações educativas que aproximem a instituição da modalidade da Educação do Campo.

Nesta pesquisa participante, recorreremos ao grupo de estudo com o objetivo de aproximar a modalidade da Educação do Campo à realidade da Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete e dos profissionais que atuam nessa instituição. Essa escolha assertiva contribuiu para a sistematização de novos conhecimentos para esses profissionais que se encontravam afastados dos saberes da Educação do Campo. As temáticas debatidas foram: “Emergência da Educação do Campo a partir dos movimentos sociais populares do campo”, “A construção histórica da Educação do Campo e as suas matrizes formativas”, “as relações entre a Educação do Campo e a Agroecologia”.

Na quarta fase metodológica da pesquisa participante, nós (a pesquisadora, os professores da escola e os estudantes) colocamos em prática o Plano de Ação pensado pelo coletivo da escola,

a fim de aproximá-la da modalidade educacional da Educação do Campo. O Plano de Ação da pesquisa participante foi construído pelos professores da escola, com a nossa mediação. Ele foi o suporte para as mediações pedagógicas e agroecológicas realizadas com a turma do 5º ano.

A metodologia da construção da horta partiu do trabalho teórico realizado na sala de aula com e pelos professores, contando com a mediação da pesquisadora. Para tanto, foram utilizados diversos recursos: grupo de estudos, leitura de textos, mapas mentais, livros didáticos, ilustrações com desenhos, atividades de pergunta e resposta e outros. Já as atividades práticas na horta se desenvolveram por meio do planejamento do espaço, das divisões das tarefas entre os estudantes. A principal metodologia utilizada englobou os cuidados com a horta, os canteiros e as plantas, aliando esse trabalho prático realizado com os conhecimentos da sala de aula (o Plano de Ação – o Roteiro Didático em Agroecologia). Tanto as atividades de estudos quanto as práticas foram conduzidas pelos estudantes e professores, contando sempre com a nossa mediação como pesquisadora.

Os docentes, ao planejarem as atividades para a turma, utilizaram o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) adotado pelo município de Dois Vizinhos. Após essa organização, os professores efetivaram as mediações agroecológicas, aliando o conhecimento científico à prática agroecológica. Os estudos e as práticas efetivados por meio das mediações agroecológicas na sala de aula permitiram que a vivência do dia a dia dos estudantes nas UPFs fosse incorporada ao dia a dia escolar. A realidade em que vivem os alunos em suas casas agora também estava presente nas atividades escolares.

As atividades práticas no espaço da horta iniciaram no mês de agosto de 2023, porém, na sala de aula, os professores já estavam trabalhando com as mediações educativas desde o final do primeiro semestre de 2023. A construção da horta foi efetivada na escola somente no segundo semestre de 2023 porque o espaço utilizado estava completamente tomado pelo mato, necessitando de uma ação de limpeza, o que aconteceu no final do primeiro semestre de 2023.

Realizamos a limpeza final do espaço da horta com os estudantes no dia 10 de agosto de 2023, e eles trouxeram de suas casas os utensílios necessários para a limpeza como enxada e rastelo. Foi um momento de muito trabalho, pois a horta estava com bastante mato. Mesmo diante de tanto trabalho, os alunos se empenharam, demonstrando ânimo e disposição para desempenhar a tarefa. Quando finalizamos a limpeza, retornamos para a sala de aula. No dia 16 de agosto de 2023, a turma do 5º ano iniciou o preparo do espaço da horta, organizando os canteiros, medindo-os e registrando em uma lista as possíveis mudas a serem plantadas na horta: alface, repolho, tomate, couve, cheiro verde (cebolinha e salsa) mudas de chás e temperos, pepino e outras.

Agendamos para o dia 21 de agosto de 2023 o plantio efetivamente. Nesse dia, os estudantes passaram a tarde no espaço da horta, realizando os últimos retoques nos canteiros, removendo mais algumas ervas daninhas que cresceram, buscando terra dos arredores da horta para colocar nos canteiros, enchendo os regadores com água e preparando o adubo para ser distribuído nas covas. A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) comprou as mudas para o plantio na horta: 200 mudas de alface, 200 de repolho, 200 de cebolinha, 15 pés de tomates, 15 pés de pepinos, 15 pés de couve, 0 mudas de melissa, 1 muda de poejo, 1 muda de orégano e 1 muda de manjerona.

Mais uma fase da pesquisa participante foi concluída. Agora, as mediações educativas continuaram a serem realizadas na sala de aula e nas atividades de cuidado dos canteiros no espaço da horta. Durante os meses de setembro a dezembro de 2023, os estudantes trabalharam as mediações educativas e a prática agroecológica na horta. As tarefas dos estudantes consistiam em: molhar os canteiros com o regador, observar a presença de insetos (como os pulgões nas plantas) e arrancar as ervas daninhas que cresceriam nos canteiros e próximas às plantas. Uma vez por mês, em uma data combinada, a pesquisadora e a professora regente levavam toda turma para realizar um mutirão de limpeza e cuidados na horta.

A experiência foi desafiadora, mais rendeu bons frutos. Como a colheita não rendeu uma quantidade grande de alimentos, os produtos que foram colhidos e consumidos pelos estudantes do 5º ano. Exceto os pés de alfaces e as cabeças de repolho que foram divididas entre os estudantes da escola. Em todo o processo da pesquisa participante as decisões e ajustes foram definidos pelo conjunto do grupo. Cada sujeito que participou da experiência, vivenciou uma experiência e ela permitiu um processo de produção de significados com e nos sujeitos, seja na descoberta de algo novo ou no aprimoramento dos seus saberes já adquiridos.

A pesquisa também trouxe aspectos da coletividade para a escola. Mesmo sendo uma escola do campo, a coletividade não era uma ação cotidiana da escola, de vez em quando ela se fazia presente em algumas atividades realizadas. Com as fases da pesquisa participante sendo desenvolvidas na escola, o coletivo passou a fazer parte do cotidiano da escola, por meio dos cuidados realizados na horta. Com isso, a modalidade da Educação do Campo fez-se mais presente no dia a dia da Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete, por meio da coletividade dos cuidados na horta e das mediações educativas entre as práticas pedagógicas e as práticas agroecológicas. A Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete, por meio da pesquisa participante, incorporou no seu dia a dia e no planejamento pedagógicos dos professores alguns aspectos da modalidade da Educação do Campo, de modo que a instituição se aproximou um pouco mais de uma escola do campo.

## Conclusão

A pesquisa que realizamos possibilitou uma transformação na realidade da instituição em estudo. A experiência educativa permitiu que, na escola e por meio da modalidade da Educação do Campo, alguns pontos fossem desenvolvidos, abrindo caminho para novas experiências dentro da modalidade da Educação do Campo.

Historicamente, no Brasil, desde o Período Colonial, houve movimentos organizados coletivamente pela população com o intuito de reivindicar um benefício, uma petição ao governo da época, uma lei, um direito. Sabemos que cada movimento aconteceu conforme a realidade do momento em que foi vivido, por isso, possui é repleto de características singulares, peculiares e particulares. O governo reagiu e combateu conforme a situação do momento, às vezes acatando o pedido dos manifestantes, às vezes agindo com extrema violência.

Os movimentos sociais são marcados pela coletividade, pois os sujeitos lutam coletivamente por um ideal, por um direito, por uma idealização. A coletividade é a ação dos sujeitos, que resistem e lutam tanto pela conquista de um ideal, mas que nem sempre obtêm uma resposta positiva. O movimento social não se constitui sozinho, mas depende da tríade *movimentos sociais – ação coletiva – sujeitos*. Uma vez que são esses três elementos que dão a sustentação para a constituição dos movimentos sociais, necessitam um do outro, não sendo possível existir um movimento social sem os seus sujeitos ou sem a ação coletiva deles.

A Educação é um direito de todos e garantida pela Constituição Federal de 1988. Todos os brasileiros têm o direito a educação, sem custo financeiro, sendo de responsabilidade do governo federal, estados e municípios assegurar este direito aos seus cidadãos. Em relação a isso, os povos do campo também possuem o direito a educação de qualidade e que atenda às suas peculiaridades, e é neste quesito que surge a modalidade educacional da Educação do Campo, uma educação voltada para o protagonismo dos sujeitos do campo, pensada para eles, de acordo com a sua realidade, e para ser realizada nas escolas do campo.

A Educação do Campo é um conceito, uma nomenclatura, uma modalidade educacional formulada para os povos do campo com suas especificidades. Ela surgiu graças à resistência desses sujeitos diante do sistema capitalista, que pressiona os pequenos agricultores e camponeses para aderir a uma produção agrícola voltada somente aos lucros e à grande escala.

Ao falarmos da construção da Educação do Campo não podemos deixar de lado as matrizes formativas dessa modalidade, que são fundamentais para a transformação da escola do campo. Por meio das cinco matrizes, temos o respeito à especificidade da Educação do Campo e dos seus

sujeitos. Cada uma delas tem um papel educativo na escola do campo e a sua contribuição na formação do sujeito. Ao relacionar as matrizes formativas e os eixos temático das Diretrizes Curriculares - Trabalho: divisão social e territorial; Cultura e identidade; Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável; Organização política, movimentos sociais e cidadania -, o professor dispõe de subsídios para planejar uma excelente aula, trazendo para a sala de aula elementos do campo relacionados com os conteúdos escolares.

A nossa escolha foi relacionar a Agroecologia e a Educação do Campo, levando em consideração os dois modelos de produção agrícola, o convencional e o agroecológico, com base na realidade da produção agrícola do Sudoeste do Paraná, marcada pela agricultura familiar e, em alguns casos, por uma agricultura agroecológica. Assim, esse perfil dos agricultores do Sudoeste do Paraná estava mais voltado para o nosso objeto de estudo.

A Agroecologia é uma forma de produção que se aproxima da Educação do Campo, e essas relações precisam ser trabalhadas nas escolas no/do campo, pois são um meio para resistir ao sistema hegemônico que cada vez mais oprime os pequenos agricultores, por meio da grande produção de monocultura dos grandes proprietários de terras. Em outras palavras, na Educação do Campo, a Agroecologia é a forma de resistência dos povos do campo, sendo essa relação necessária.

A experiência da pesquisa participante na Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete, no município de Dois Vizinhos mostrou que no início da pesquisa, dispunha de poucas características da Educação do Campo, com características predominantes de uma escola urbana. Entretanto, com a construção coletiva da pesquisa participante em suas diferentes fases e inúmeras ações com a equipe diretiva da escola e de seus estudantes deu sinais significativos de transformação da realidade ali existente, abrindo possibilidades de efetivação da Modalidade da Educação do Campo, articulando os conteúdos escolares às práticas agroecológicas.

## Referências

ARROYO, Miguel González. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, jan./jun., 2003, p. 28-49.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015.

BONAMIGO, Carlos Antônio. Agroecologia: abordagens e princípios. *In*: GHEDINI, Cecília Maria; BONAMIGO, Carlos Antônio. (orgs.). **Educação do Campo: pesquisa, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná**. Jundiá: Paco editorial, 2020. p. 263-293.

BONAMIGO, Carlos Antônio; LONGO, Lidiane Cristina. A superação da alienação do trabalho e da natureza pela agricultura camponesa de base agroecológica. *In*: BONAMIGO, Carlos Antônio; GHEDINI, Cecília Maria. (orgs.). **Educação do Campo: desafios de construir novas referências históricas**. Chapecó: Livrologia, 2022. p. 331-344.

BONAMIGO, Carlos Antônio; CUNHA, Eloisa Thais; SANTOS, Emanuela. A Educação do Campo e a Agroecologia: as mediações a partir de um “roteiro didático em agroecologia”. *In*: BONAMIGO, Carlos Antônio; GHEDINI, Cecília Maria. (orgs.). **Educação do Campo: desafios de construir novas referências históricas**. Chapecó: Livrologia, 2022. p. 345-359.

BONAMIGO, Carlos Antônio. **Sequência metodológica da pesquisa participante**. Francisco Beltrão: GEFHEMP, 2024. Disponível em: [https://www.unioeste.br/portal/arq/files/PPGEFB/Quadro\\_-\\_Sequ%C3%Aancia\\_metodol%C3%B3gica\\_da\\_pesquisa\\_participante.pdf](https://www.unioeste.br/portal/arq/files/PPGEFB/Quadro_-_Sequ%C3%Aancia_metodol%C3%B3gica_da_pesquisa_participante.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 51-81.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. 1. ed. 5ª impressão. Edição revista e atualizada. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.352/2010**: Dispõe a política da Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA. Brasília: 2010a.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 nov. 1964.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.290, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília: 27 mar. 2014.

BRASIL. **Parecer CNE/CEE Nº 1/2006**: Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Brasília: 2006.

BRASIL. **Resolução CNE/CEE Nº 1/2002**: Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Organizado por Francisco Aparecido Cordão. Brasília: 2002.

BRASIL. **Resolução Nº 2/2008**: Estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro. Brasília: 2008.

BRASIL. **Resolução Nº 4/2010**: Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. Organizado por Francisco Aparecido Cordão. Brasília: 2010b.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 35-64, mar/jun. 2009.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do movimento. *In*: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 546-553.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Porto Alegre, 2015.

CALDART, Roseli Salete. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. Porto Alegre, 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo e Agroecologia**: encontro necessário. *In*: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA, 3.; SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO IFPE, 2., 2020, Recife. Anais [...]. Recife: Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), 2020. Mesa “Educação do Campo: desafios e perspectivas”.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo e Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 355-361.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, 6, 63–74. 2012.

CARTA DE PORTO DE BARREIRO. Assinam a Carta, conforme figura no documento: Apeart, Assesoar, CRABI, CPT, Cresol-BASER, UT, DESER, Fórum Centro, Fórum Oeste, MST, Prefeitura Municipal de Porto Barreiro-PR, Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão-PR, Setor de Educação da UFPR. 2000.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2015.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. *In*: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 113-120.

DOIS VIZINHOS. **Projeto Político Pedagógico Escola Municipal do Campo Nossa Senhora da Salete**. Dois Vizinhos: SME, 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. (Didática, 1).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In*: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 496-499

FREITAS, Eduardo Pacheco et al. (orgs.). **História do Brasil império**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

FREITAS, Eduardo Pacheco. O governo de Hermes da Fonseca. *In*: BAUER, Caroline Silveira; FREITAS, Eduardo Pacheco; CORDEIRO, Jair Silveira; OLIVEIRA, Krisley Aparecida de. (orgs.). **História do Brasil República**. Porto Alegre: Sagah, 2021. p. 83-101.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 15-50.

GHEDINI, Cecília Maria; SANTOS, Angelita Cristine dos; Borges, Luciane Cerati. Movimentações na escola pública do campo: relações, conhecimentos e planejamento coletivo interdisciplinar. *In*: GHEDINI, Cecília Maria; BONAMIGO, Carlos Antônio. (orgs.). **Educação do Campo: pesquisa, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná**. Jundiaí: Paco editorial, 2020. p. 333-357.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, mai./ago., p. 333-361, 2011.

GORGEN, Frei Sergio Antônio. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). *In*: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 492-495.

GT do ENEPUC. **MINUTA: Proposta das Escolas Públicas do Campo para o não-fechamento: “Fortalecimento das Escolas do Campo com Renucleação Intra-Campo e Rearticulação das**



Instituições Escolares na Modalidade Educacional do Campo”. UNIOESTE (Francisco Beltrão e Cascavel); Escolas Públicas do Campo do Projeto de Extensão da Refocar/Unioeste; GEFHEMP; UFFs (Laranjeiras do Sul); NRE de Francisco Beltrão, Pato Branco e Cascavel. Francisco Beltrão, nov. 2019.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. *In*: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 79-85.

MARTINS, Fernando José. Elementos fundamentais da Educação do Campo. *In*: GHEDINI, Cecília Maria et al. (orgs.). **Educação do Campo no Estado do Paraná: um registro das lutas, conquistas e desafios (1998-2012)**. Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2016. p. 19-43.

MARTINS, Fernando José. **A escola e a Educação do Campo**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Tradução Suely Bastos **Revista Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 17, n. 19, p. 49-66, jun. 1989.

PARANÁ. **Currículo da Rede Estadual Paranaense (Crep)**. Curitiba: SEED/PR, 2023. Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/crep>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2006. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz\\_edcampo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024.

PARANÁ. **Orientação nº 003/2011- DEDI**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2011.

PARANÁ. **Parecer CEE/CEB nº 1011/10**: Consulta sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo. Curitiba, PR: SEED/PR, 2010a.

PARANÁ. **Parecer normativo 01/2018**: Ratificação das normas gerais exaradas pelo CEE/PR para a oferta de educação do campo e normas complementares para a cessação de escolas do campo. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018.

PARANÁ. **Referencial curricular do Paraná: Princípios, direitos e orientações**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial\\_curricular\\_parana\\_cee.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024.

PARANÁ. **Resolução 4783, de 28 de novembro de 2010**: Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional com vistas à garantia e a qualificação do atendimento escolar aos diferentes sujeitos do campo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica. Curitiba: SEED/PR, 2010b.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. 4. reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SOUSA, Romier da Paixão et al. Educação em Agroecologia. *In:* DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (orgs.). **Dicionário de agroecologia e educação.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 361-367.

STASIAK, Ana Paula. **A agroecologia como alternativa frente à modernização da agricultura:** um estudo de caso no município de Coronel Vivida-PR. 2013. 244f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013.

VERGÉS, Armando Bartra. Campesinato. *In:* DIAS, Alexandre Pessoa et al. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 201-207.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos sociais e a questão de classe:** um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Recebido em 18/07/2024 – Aprovado em 21/11/2024